

O FMI deve estudar alternativas para o Brasil, afirma "Post"

Está na hora de o FMI e os bancos credores estudarem alternativas que permitam a redução dos juros da dívida externa brasileira e os Estados Unidos deveriam usar sua influência para isso. Essa é a opinião do jornal norte-americano **Washington Post**, que ontem publicou um editorial sobre a dívida externa do Brasil, cuja íntegra é a seguinte:

"Está aumentando a tensão entre os devedores latino-americanos e seus credores. Há acentuada inclinação em Washington para presumir que tudo sairá bem com o tempo, na medida em que a recuperação econômica mundial aumente as exportações e a capacidade de pagar da América Latina. Talvez ocorra isso. Mas há cada vez mais razão para pensar que não acontecerá tão logo para evitar temidas pressões permanentes sobre os governos latinos. O caso mais elucidativo — e certamente o mais importante — é o Brasil".

Para evitar incorrer em inadimplemento em sua gigantesca dívida, o Brasil vem negociando um empréstimo com o Fundo Monetário Internacional. Mas as negociações têm sido difíceis e o acordo provisório da semana passada não tem a probabilidade de ser aceito formalmente pelo FMI antes de outubro.

Enquanto isso, no Brasil há crescente discussão sobre uma moratória, com base em que as mudanças na economia mundial contribuam para a dificuldade atual e as condições de empréstimo do FMI se tornaram desproporcionalmente onerosas.

"Quando concede empréstimo, o FMI — adequada e necessariamente — fixa condições que requerem que o tomador equilibre sua economia. A questão é até que ponto ir. O Brasil tem indexado os salários e a taxa de inflação. Essa é sempre uma fórmula para criar problema, mas era um costume estabelecido. O governo agora limitou os salários. Num país em que a taxa inflacionária está na faixa de 150% por ano, é uma medida amargamente impopular."

O FMI também acredita que o

governo precisa atacar diretamente os gastos e a política monetária para baixar essa tremenda taxa inflacionária. É um bom conselho e, numa economia mundial perfeitamente estável, não haveria muita dúvida sobre a capacidade de o Brasil adotá-lo.

Infelizmente, a estabilidade está em baixa e as taxas de juros vêm subindo à medida que se inicia a recuperação. Pelo fato de a maior parte da dívida do Brasil ser financiada a taxas oscilantes, o efeito dessa alta sobre as obrigações externas do País é imediato. Em contraste, os benefícios da recuperação para as exportações do Brasil e sua capacidade de pagar terão lugar muito mais lentamente.

O Brasil tem boas razões para evitar qualquer tipo de inadimplemento ou moratória. Possui uma forte economia, encontra-se num processo de rápida industrialização e, como os países avançados, requer acesso aos mercados mundiais. O inadimplemento coloca em perigo toda a rede de crédito internacional da qual depende seu comércio.

Mas, à medida que sobem as taxas de juro, chega um ponto em que o ajuste convencional e as políticas de repagamento não são mais realistas. A recente alta da taxa de juro talvez tenha levado o Brasil perto desse ponto.

É hora de o FMI e os bancos comerciais considerarem as alternativas que poderiam reduzir os atuais pagamentos de juros, para o Brasil e talvez outros devedores, até que a recuperação mundial e o ressurgimento de seu comércio de exportação avancem mais. Qualquer acordo desse tipo teria de ser aceitável por ambos os lados. Não pode ser imposto aos bancos.

Mas seria infinitamente preferível que a iniciativa tenha lugar mais cedo, a partir de Washington e Nova York, do que mais tarde, a partir das capitais latino-americanas encurraladas pela reação política ao fracasso econômico e com a esperança desampontada."